

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Acerca das estruturas organizacionais e sua aplicação à administração pública, julgue os itens que se seguem.

- 61 Nas organizações que prestam vários serviços públicos diferentes, é esperado que haja elevado nível de diferenciação organizacional.
- 62 Nas organizações com estruturas fortemente descentralizadas, embora haja distanciamento dos gestores na tomada de decisão, é evidente a redução tanto de custos operacionais quanto da duplicidade de esforços.
- 63 A departamentalização por processos propicia otimizar o arranjo físico e o uso de recursos, embora se caracterize por baixa flexibilidade para mudanças organizacionais.
- 64 A gestão por projetos é típica de organizações que produzam muitos produtos e(ou) serviços distintos e de baixo custo.
- 65 Nos órgãos públicos, o setor de gestão de pessoas realiza, também, a sua própria gestão de processos, que são considerados centrais à organização.
- 66 A gestão por processos é tipicamente empregada nas organizações que adotam o desenho horizontalizado, com múltiplos departamentos.

No que se refere à gestão nas organizações da administração pública brasileira, julgue os próximos itens.

- 67 O controle nos órgãos da administração pública pode ser exercido em nível estratégico — a exemplo de controles do nível de satisfação dos usuários —, e também em nível tático — a exemplo do uso de controles do número de atendimentos mensais.
- 68 Pode-se descentralizar a execução de atividades na administração federal para unidades federadas por meio de concessões.
- 69 Fundações públicas são entidades dotadas de personalidade jurídica de direito público ligadas à administração indireta.
- 70 Nos órgãos públicos, o controle de desempenho pode ser medido por meio da qualidade atribuída ao serviço prestado, que se refere ao nível de atendimento às expectativas dos cidadãos.

Com relação à gestão de processos de licitações e contratos no Brasil, julgue os itens subsequentes.

- 71 Ao adquirir bens de natureza divisível, o órgão contratante pode reservar cota de até 25% do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou o complexo do objeto.
- 72 Ao pesquisar preços para a aquisição de bens, devem-se considerar contratações similares ocorridas em outros entes públicos, desde que já concluídas nos últimos trezentos e sessenta dias.
- 73 Para a pesquisa de preços na contratação de serviços em geral, pode-se utilizar o valor da mediana calculado sobre, no mínimo, três preços.
- 74 Nas contratações públicas de bens e serviços, deve ser concedido tratamento diferenciado e favorecido a agricultores familiares e produtores rurais, desde que sejam pessoas jurídicas.

Com base em disposições da Lei n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e da Lei Complementar n.º 131/2009 (Lei da Transparência), julgue os itens que se seguem.

- 75 Informações que possam comprometer atividades de inteligência ou de investigação em andamento podem ser classificadas como reservadas — com restrição máxima de acesso por até cinco anos —; secreta — com restrição máxima de acesso por até dez anos —; ou ultrassecreta — com restrição máxima de acesso por até vinte e cinco anos.
- 76 Segundo dispositivo da Lei da Transparência, informações sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios devem ser liberadas para acompanhamento da sociedade por meios eletrônicos e em tempo real.
- 77 Segundo dispositivo da Lei de Acesso à Informação, na classificação do grau de sigilo de determinada informação, deve-se considerar o nível de interesse público e utilizar o critério mais restritivo possível, como garantia de segurança.
- 78 A classificação de informação da administração pública federal no grau de sigilo ultrassecreto é de competência exclusiva do presidente e do vice-presidente da República.

Acerca do orçamento público, julgue os itens a seguir.

- 79 As funções representam os produtos finais da ação governamental na classificação funcional-programática.
- 80 Obras públicas somente podem ser realizadas quando as despesas de capital correspondentes estiverem previstas no plano plurianual, ao passo que as despesas correntes necessárias à manutenção predial podem ser realizadas ao final da obra, sem necessidade de inclusão no plano plurianual.
- 81 São reservadas à lei de diretrizes orçamentárias disposições sobre exercício financeiro, vigência, prazos, elaboração e organização do plano plurianual.
- 82 No caso de a União conceder benefício tributário a determinado setor da economia, o efeito regionalizado de tal benefício deverá ser demonstrado no projeto de lei orçamentária do exercício financeiro subsequente.
- 83 É vedada a prorrogação de vigência de créditos especiais para exercício financeiro diverso daquele em que os referidos créditos foram autorizados.
- 84 A unidade orçamentária deve exercer o papel de coordenação do processo de elaboração da proposta orçamentária em seu âmbito de atuação.

A respeito do ciclo orçamentário e das normas legais de orçamento, julgue os itens seguintes.

- 85** A proposta orçamentária dos órgãos setoriais somente poderá ser elaborada depois que forem estimadas as necessidades de financiamento do governo central.
- 86** Ainda que envolva transferências constitucionais para estados e municípios, uma emenda ao projeto de lei orçamentária anual poderá ser aprovada se seu propósito for corrigir omissão previamente existente.
- 87** Para efeito das normas de responsabilidade fiscal, uma empresa estatal pode ser caracterizada como dependente sem constituir uma empresa controlada.
- 88** Os atos de ampliação de benefício tributário somente podem entrar em vigor depois que forem implementadas medidas de compensação, que devem ser constituídas de aumento da receita orçamentária em montante equivalente ao benefício.

Com relação aos mecanismos de administração, programação, execução e controle dos recursos orçamentários, julgue os itens subsequentes.

- 89** Será automaticamente cancelada a despesa regularmente originada a partir de emissão de nota de empenho não inscrita pelo gestor competente em restos a pagar até o final do exercício financeiro.
- 90** Se determinado suprimento de fundos não for integralmente aplicado, o saldo remanescente será recolhido ao Tesouro Nacional e constituirá, obrigatoriamente, receita orçamentária.
- 91** Alguns tipos de utilização no código da tabela de eventos do SIAFI são acionados automaticamente pelo sistema.
- 92** Denomina-se documento contábil o documento gerado pelo subsistema de contas a pagar e a receber do SIAFI.
- 93** Pessoa jurídica que tenha prestado serviço ao poder público terá direito ao pagamento correspondente independentemente da realização do estágio de liquidação da despesa.

A respeito da retenção e do recolhimento de tributos incidentes sobre bens e serviços, julgue os próximos itens.

- 94** As empresas públicas que estejam obrigadas a registrar sua execução orçamentária e financeira no SIAFI podem recolher ao Tesouro Nacional os valores de imposto de renda retidos de terceiros em prazo diverso do aplicável aos órgãos da administração federal direta, autárquica e fundacional.
- 95** Os órgãos públicos estão obrigados a efetuar a retenção na fonte do imposto de renda, ainda que o pagamento seja feito por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços, para entrega futura.

No que se refere ao sistema integrado de planejamento e orçamento, julgue o item a seguir.

- 96** O sistema integrado de planejamento e orçamento destina-se exclusivamente aos processos de elaboração e acompanhamento da lei orçamentária anual.

Julgue os próximos itens, referentes ao conceito de gestão de pessoas e à função do órgão responsável pela gestão de pessoas nas organizações.

- 97** Do ponto de vista de gestão de pessoas, os empregados vinculados à organização compõem o patrimônio físico da organização.
- 98** É recomendado que os órgãos responsáveis pela gestão de pessoas implementem políticas para aumentar a qualidade de vida no trabalho e garantir que as condições de trabalho sejam excelentes para os empregados.

A respeito do comportamento organizacional, do clima e da cultura organizacional no âmbito da gestão de pessoas nas organizações, julgue os itens que se seguem.

- 99** O comportamento organizacional refere-se primordialmente à forma como as organizações se relacionam entre si, com foco no aumento de sua eficiência e efetividade.
- 100** Clima organizacional relaciona-se à percepção de funcionários da organização sobre o sistema de punição por ela imposto para coibir práticas de corrupção e má gestão.

Com relação ao quadro de lotação de pessoal (QLP) e à análise de cargos no âmbito da gestão de pessoas nas organizações, julgue os itens seguintes.

- 101** O QLP da organização é composto somente pelos postos de trabalho ocupados.
- 102** A análise de cargos baseia-se, entre outros fatores, no levantamento dos aspectos extrínsecos que o cargo exige, ou seja, no levantamento dos requisitos que o cargo demanda de seus ocupantes.

Considerando o disposto no Decreto n.º 7.133/2010 e na Lei n.º 8.112/1990, além da avaliação de desempenho, julgue os itens a seguir.

- 103** Conforme o Decreto n.º 7.133/2010, as metas de avaliação de desempenho institucional devem ser divididas em metas globais e metas intermediárias, sendo as metas intermediárias elaboradas em consonância com as metas globais.
- 104** De acordo com a Lei n.º 8.112/1990, é dever do servidor atender o público em geral com presteza, fornecendo as informações requeridas, salvo aquelas protegidas por sigilo.
- 105** A avaliação de desempenho tem como finalidade melhorar o desempenho da pessoa avaliada e gerar informações para apoiar a tomada de decisões a respeito dessa pessoa no âmbito da gestão de pessoas.

A respeito da estrutura conceitual que fundamenta a elaboração e a divulgação dos relatórios contábeis de propósitos gerais das entidades do setor público (RCPGs), julgue os itens que se seguem.

- 106** A estrutura conceitual se aplica não somente aos governos federal, estadual, municipal e distrital, mas, também, às autarquias e às fundações mantidas pelo poder público, aos fundos e consórcios públicos.
- 107** Os RCPGs se prestam a dar publicidade à prestação de contas da aplicação de recursos públicos, mas são desprovidos de poder comprobatório para a responsabilização de gestores.
- 108** Constantes dos RCPGs, as informações que podem subsidiar as decisões dos usuários incluem aquelas relativas à situação patrimonial, de desempenho do ente e de seus fluxos de caixa.

A respeito das características qualitativas inerentes aos RCPGs, julgue os itens a seguir.

- 109** Característica qualitativa da informação, a comparabilidade permite que o usuário identifique semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos.
- 110** As características qualitativas são inaplicáveis às informações não financeiras e prospectivas do ente que as divulga.
- 111** Uma informação será considerada relevante se possuir a capacidade de influenciar a decisão do usuário e se este, de fato, fizer uso dela.

O Subsistema de Informações de Custos do Setor Público (SICSP) registra, processa e evidencia os custos de bens e serviços e outros objetos de custos, produzidos e oferecidos à sociedade pela entidade pública. Entre os métodos de custeio relacionados ao processo de identificação e associação do custo ao objeto a ser custeado, os principais são: o método direto, o método variável, o método por absorção, o método por atividade e o método pleno. Acerca desses métodos, julgue os próximos itens.

- 112** Quando todos os custos fixos e variáveis são alocados ao objeto de custo, sem rateios ou apropriações, o método adotado é o do custo direto.
- 113** Ao fazer uso da metodologia de custeio pleno, o ente apropriará aos produtos e serviços que oferta os custos de produção e, também, as despesas.
- 114** Os valores gastos com a aquisição de ativos, a depender da capacidade de produção do bem, são contabilizados como custos fixos ou variáveis.

D 1.1.1.1.xx.xx Caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional (F)

C 2.1.2.2.x.xx.xx Empréstimos a curto prazo – externo (P)

Considerando que o lançamento contábil precedente tenha sido feito por um ente da administração pública federal, julgue os seguintes itens.

- 115** O lançamento em questão descreve o aumento das disponibilidades do referido ente devido à contratação de uma operação de crédito.
- 116** A exigibilidade apresentada no lançamento contábil em apreço deve ser classificada como passivo circulante.
- 117** O lançamento em questão se refere a uma informação de natureza orçamentária.
- 118** A movimentação de recursos relativa ao lançamento em tela deverá ser apresentada na demonstração de fluxos de caixa da entidade como fluxo da atividade operacional.

Com relação aos conceitos, ao objeto e ao campo de aplicação da contabilidade ao setor público, julgue os itens subsequentes.

- 119** O objetivo da contabilidade aplicada ao setor público é uniformizar os procedimentos contábeis para o correto controle patrimonial das entidades por ela abrangidas.
- 120** As entidades abrangidas pela contabilidade do setor público obrigadas à adoção de escopo integral incluem as entidades governamentais e os serviços sociais.
- 121** Para efeito contábil, equiparam-se às entidades do setor público as pessoas físicas que recebam subvenção ou incentivo fiscal de órgão público.

Determinado ente público firmou contrato de prestação de serviços com uma entidade privada, com prazo superior a um exercício financeiro.

Com referência a essa situação, julgue os itens a seguir.

- 122** O gestor público deverá empenhar o valor total do contrato no exercício financeiro em que o compromisso foi firmado pelas partes.
- 123** Se o referido contrato prever a realização de investimentos anuais por parte do órgão público, então será necessário que os recursos para atender as despesas em exercícios seguintes estejam contempladas no orçamento plurianual.

De acordo com dispositivos da Lei n.º 6.404/1976 e de legislação complementar, julgue os itens a seguir.

- 124** A parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos poderá ser destinada para a constituição da reserva de incentivos fiscais, e deverá ser incluída na base de cálculo do dividendo obrigatório.
- 125** As normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) deverão ser observadas pelas companhias abertas na elaboração das demonstrações financeiras e esses relatórios serão submetidos à auditoria independente, assinados pelos administradores e por contabilistas legalmente habilitados.
- 126** Para fins de apuração da base de cálculo das participações estatutárias, o prejuízo acumulado e a provisão para o imposto de renda são deduzidos do resultado do exercício. Obrigatoriamente, a absorção do prejuízo deverá obedecer à seguinte ordem: lucros acumulados, reserva legal e reserva de lucros.

De acordo com as normas contidas nas legislações de contabilidade aplicáveis às demonstrações contábeis, julgue os itens que se seguem.

- 127** Quando a apresentação do balanço patrimonial baseada na liquidez proporcionar informação confiável e mais relevante, a entidade deverá apresentar seus grupos de contas de forma sequenciada, sem separá-los em circulante e não circulante.
- 128** O resultado da venda de ações em tesouraria deverá ser registrado a crédito (ganho) de conta específica de reservas de lucro ou a débito (prejuízo) da conta que contabiliza a origem dos recursos aplicados em sua aquisição.
- 129** Na elaboração da demonstração de fluxo de caixa (DFC) pelo método direto, é facultado à entidade fornecer a conciliação entre lucro líquido e fluxo de caixa líquido das atividades operacionais.
- 130** Na demonstração de resultado do exercício (DRE), as despesas devem ser subclassificadas. A escolha da classificação dos gastos pela função da despesa ou pelos gastos por natureza está baseada na capacidade de o método proporcionar informação mais confiável e mais relevante à entidade, cumpridas as determinações legais.
- 131** As mutações na reserva de reavaliação, quando permitidas legalmente, e ganhos e perdas derivados de conversão de demonstrações contábeis de operações no exterior estão incluídos nos componentes de outros resultados abrangentes que figuram na demonstração de resultado abrangente (DRA).

Acerca dos Pronunciamentos Contábeis do Comitê de Pronunciamentos, julgue os itens a seguir.

- 132** *Software* em fase de desenvolvimento de projeto interno é exemplo de ativo intangível a ser reconhecido, em que os custos incorridos só podem ser capitalizados após a possibilidade de determinação da viabilidade tecnológica, se for possível medir os fluxos de benefícios econômicos futuros atribuídos a esse ativo, e ainda, se houver a intenção de uso ou venda.
- 133** Para que um item seja classificado como ativo intangível, o seu custo deve ser mensurado com confiabilidade e os fluxos de benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao uso desse ativo devem ser gerados em favor da entidade.
- 134** Os gastos incorridos com marcas, títulos de publicações, listas de clientes e outros itens similares devem ser reconhecidos como ativos intangíveis: seus custos podem ser mensurados com confiabilidade, e os fluxos de benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao uso desse ativo são gerados em favor da entidade.

A Empresa Horus S.A. realizou, no exercício de 2017, as operações mostradas a seguir:

- capital inicial: R\$ 10.000
- acréscimo por ajuste de exercícios anteriores: R\$ 500
- distribuição de dividendos: R\$ 2.000
- aumento de capital social com a integralização de recursos pelos sócios: R\$ 5.000
- lucro líquido do exercício: R\$ 4.000

Destinação do lucro para as reservas de lucros:

- reserva legal: R\$ 200
- reserva para expansão: R\$ 1.300

Observação a) não havia saldo na conta provisão para o imposto de renda, haja vista que a empresa já havia efetuado o pagamento do imposto de renda no valor de R\$ 600.

Observação b) o erro que provocou aumento indevido do resultado foi detectado após o encerramento do período contábil.

A partir dessas operações, julgue os itens subsecutivos, com referência à elaboração da demonstração de mutação do patrimônio líquido (DMPL).

- 135** A análise dos dados fornecidos pela Empresa Horus S.A. evidencia que todas as transações que ocorreram nas contas do patrimônio líquido durante o exercício social, partindo-se do saldo no início do ano, geraram para a empresa saldo final do exercício em valor superior a R\$ 17.000.
- 136** As reduções por ajustes dos exercícios anteriores decorrem de efeito de mudança de critério contábil ou de efeitos da aquisição das próprias ações da empresa.

A descrição a seguir mostra a composição dos balanços patrimoniais da CIA ABC, referentes aos exercícios de 2016 e 2017. Os valores nas colunas 2016 e 2017 são financeiros e estão em R\$ mil. Os valores nas colunas AH e AV referem-se a indicadores de análise de estrutura de capitais e análise horizontal e análise vertical.

Ativo circulante; 2016 = 20.000; AH = 100; AV = 80%; 2017 = 28.000; AH = 140; AV = 65%.

Ativo não circulante; 2016 = 0; AH = 0; AV = 0; 2017 = 0; AH = 0; AV = 0.

Imobilizado; 2016 = 5.000; AH = 100; AV = 20%; 2017 = 15.000; AH = 300; AV = 35%.

TOTAL; 2016 = 25.000; AH = 100; AV = 100%; 2017 = 43.000; AH = 172; AV = 100%.

Passivo circulante; 2016 = 0; AH = 0; AV = 0; 2017 = 0; AH = 0; AV = 0.

Empréstimo a pagar (CP); 2016 = 8.000; AH = 100; AV = 32%; 2017 = 8.000; AH = 100; AV = 19%.

Passivo não circulante; 2016 = 0; AH = 0; AV = 0; 2017 = 0; AH = 0; AV = 0.

Financiamento (LP); 2016 = 7.000; AH = 100; AV = 28%; 2017 = 10.000; AH = 142,9; AV = 23%.

Patrimônio líquido; 2016 = 10.000; AH = 100; AV = 40%; 2017 = 25.000; AH = 250; AV = 58%.

TOTAL; 2016 = 25.000; AH = 0; AV = 100%; 2017 = 43.000; AH = 172; AV = 100%.

A partir das informações apresentadas, julgue os itens que se seguem, acerca da aplicação dos indicadores de estrutura de capitais e análise vertical/horizontal.

- 137** Do ponto de vista estritamente do risco da insolvência, quanto maior for a relação capitais de terceiros/patrimônio líquido, menor será a dependência do capital desses terceiros.
- 138** O ativo total foi incrementado em 72%, e esse crescimento ocorreu, principalmente, devido ao ativo permanente ter apresentado expansão de 200%, sendo o mesmo financiado integralmente por capital próprio.
- 139** O índice de imobilização do patrimônio líquido, em 2016, mostrou que a empresa investiu o equivalente a 50% dos seus recursos próprios no imobilizado; em 2017 esse percentual aumentou para 60%. Em consequência, para o financiamento do ativo circulante, a empresa passou a ser mais dependente de capitais de terceiros.
- 140** Os índices de composição do endividamento e participação do capital de terceiros mostram uma piora no perfil da dívida e um aumento da dependência de capital de terceiros, possibilitando uma menor liberdade de decisões financeiras pela empresa.

Acerca da economia do setor público e da estrutura tributária e orçamentária no Brasil, julgue os itens a seguir.

Espaço livre

- 141** Bens meritórios ou semipúblicos são providos pelo Estado, embora possam ser providos pelo setor privado, por gerarem altos benefícios sociais e externalidades positivas.
- 142** A Lei de Wagner inclui o efeito translação, responsável pelo crescimento da participação do Estado na economia em decorrência do crescimento da tributação em função de perturbações de ordem social ou econômica.
- 143** O ICMS foi criado como um imposto sobre o valor agregado, mas a concessão de várias isenções reduziu sua não cumulatividade.
- 144** O Congresso Nacional aprovou emenda constitucional que estabelece limites ao crescimento das despesas públicas como forma de conter os sucessivos e crescentes déficits primários do setor público.
- 145** O efeito Tanzi, que gera perda do valor real das receitas públicas em ambientes inflacionários, contribuiu significativamente para o aumento do déficit público no Brasil no final dos anos 80 e início dos anos 90 do século passado.
- 146** Ao reduzir a taxa de juros, uma política monetária contracionista contribui para diminuir o custo do serviço da dívida pública.

Julgue os itens seguintes, relativos à economia brasileira da segunda metade do século XX e do século XXI.

- 147** A década de 90 foi marcada por um forte processo de desestatização da economia brasileira, embasado em diagnóstico de que, à época, grande parte das estatais era ineficiente e deficitária.
- 148** A segunda crise do petróleo, associada aos desequilíbrios fiscais e externos, deu origem ao processo inflacionário brasileiro no final da década de 70 e início da década de 80.
- 149** A chamada âncora nominal foi um dos pilares do Plano Real e consistiu na criação da URV como unidade de medida da economia.
- 150** A crise econômica recente que afeta o Brasil provocou a diminuição do percentual de trabalhadores formais no país, decorrente da redução de trabalhadores com carteira assinada.